



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

SOLENE II

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

| | | |
|--|--|---|
| NELSON JUSTUS Presidente - Democratas | | |
| ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB | AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT | FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS |
| ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB | LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT | LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB |
| CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP | CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR | |
| ABIB MIGUEL Diretor Geral | | |

Lideranças

| | |
|--------------------------|------------------------|
| Líder do Governo | Luiz Claudio Romanelli |
| Líder da Oposição | Valdir Rossoni |
| PMDB | Waldyr Pugliesi |
| PSDB | Ademar Traiano |
| Partido Democratas | Plauto Miró |
| PT | Professor Luizão |
| PP | Duílio Genari |
| PDT | Luiz Carlos Martins |
| Bloco PPS/PMN | Douglas Fabrício |
| Bloco PSB/PRB/PV | Pastor Edson Praczyk |
| Bloco PTB/PR | Jocelito Canto |

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

SOLENE II

Bicentenário da Vinda da Família Real

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------|----|
| Mesa Executiva..... | 02 |
| Presenças | 02 |
| Abertura da Sessão | 02 |
| Composição da Mesa..... | 03 |
| Palasvras do Presidente | 03 |
| Proponentes: | |
| Dep. Ribas Carli Filho | 04 |

Dep. Ney Leprevost.....05

Apresentação das Bandeiras06

Realização da Homenagem07

Oradores:

Dom Luiz de Orleans e Bragança ..07

Prof. Carmem Lúcia Rigoni09

Prof. Júlia de Santa Maria10

Sr. Fernando Ribas Carli

Prefeito de Guarapuava12

Encerramento da Sessão13

SOLENE II

Bicentenário da Vinda da Família Real

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE
COMEMORATIVA AO
BICENTENÁRIO DA VINDA DA
FAMÍLIA REAL PORTUGUESA
AO BRASIL
REALIZADA EM
13 DE MARÇO DE 2008**

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Duílio Genari .

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão

Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi.

Presentes ainda autoridades civis, militares, eclesiásticas, do corpo consular e demais convidados.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Solene comemorativa do Bicentenário da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIA (Laura Kimiecik)

Dando início a Sessão Solene Comemorativa do Bicentenário da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, convidamos a todos para assistirem a apresentação da peça teatral A chegada da Família Real no Brasil, pequeno sketch político com fins didáticos - sketch é um termo em inglês muito utilizado para se refletir a pequenas peças ou cenas dramáticas, geralmente cômicas, habitualmente com menos de 10 minutos de duração.

Uma realização da Secretaria de Estado da Cultura, texto de Edson Bueno e direção colaborativa do grupo de

atores formado por Rafael Camargo, Samir El Halab, Giovana de Liz, Aldice Lopes e Isidoro Diniz.

(Apresentação da peça teatral)

Composição da Mesa:

Neste momento convidamos para compor à Mesa:

Exmo. Sr. Nelson Justus - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Dom Luiz de Orleans e Bragança - Chefe da Casa Imperial do Brasil; Exmo. Sr. Dom Bertrand de Orleans e Bragança - Príncipe Imperial do Brasil; Exmo. Sr. Ribas Carli Filho - Deputado Estadual e Proponente do evento; Exmo. Sr. Ney Leprevost - Deputado Estadual e co-Proponente do evento; Exmo. Sr. Coronel Ricardo Luiz Teixeira da Matta - Chefe do Estado Maior - neste ato representando o General de Divisão Luiz Guilherme Terra Amaral - Comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão do Exército; Exma. Sra. Maria do Rosário Gonçalves Lopes - Neste ato representando o Consulado de Portugal no Paraná; Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi - Secretária de Estado da Cultura e Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Bicentenário da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil; Exmo. Sr. Fernando Ribas Carli - Prefeito Municipal de Guarapuava; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti - 1ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Duílio Genari - Deputado Estadual - 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Registramos e agradecemos as presenças dos Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, autoridades municipais, representantes de instituições, assessores parlamentares, profissionais da imprensa, demais autoridades e convidados.

(Lê):

“A vinda da Família Real Portuguesa em 1808 - acontecimento cujo bicentenário estamos comemorando - foi fundamental para consolidar o Brasil-nação. Ela lançou as bases da nossa emancipação como ente soberano, num território coeso, integrado em um centro político-administrativo definitivo.

Para destacar esse fato histórico, diversas comemorações estão sendo levadas a efeito em vários pontos do Brasil e no Paraná, por iniciativa de órgãos públicos, entidades associativas e culturais.

Os 200 anos da transação da Família Real servem de base para afirmar o sentimento de brasilidade, compondo um acontecimento relevante para o Brasil. Trata-se de um legado fundador do povo forte perante o universo das nações contemporâneas; fato antepassado e que passaremos aos nossos descendentes.”

Vamos iniciar, a partir de agora, as comemorações desse acontecimento.

Com a palavra o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão Solene Comemorativa ao Bicentenário da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional de Portugal e na sequência ouviremos o Hino Nacional Brasileiro.

(São executados os Hinos)

Palavras do Presidente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

(Lê):

“Mais do que a liturgia necessária dos ritos formais, o que nos traz aqui hoje é o sentimento coletivo que a todos une sob uma mesma bandeira, pavilhão que simboliza as nossas conquistas, lembrança permanente do compromisso que temos com esta terra e o seu povo.

Sejam bem-vindos os mui dignos representantes da Casa Imperial Brasileira, de quem herdamos o verdadeiro amarelo, as boas tradições e, acima de tudo, o sentido de nação.

É com profunda alegria, senhoras e senhores, que tenho a honra de presidir esta Sessão especial, proposta pelo nosso mais jovem Parlamentar, Fernando Ribas Carli Filho - Sessão que procura contribuir para que se mantenha viva a memória histórica do povo brasileiro. Pois se hoje nos reunimos, é porque o ano de 1808 impôs um relevo cronológico a nossa história.

Bem vinda foi a Família Imperial Portuguesa, que ao se mudar para terras brasileiras, mudou, em verdade, o próprio Brasil. É nesse relevo que se encontra o registro do nascimento efetivo de um país e, como ele, de sua geopolítica definitiva, expressa em cidades e províncias.

Temos nós, paranaenses, carinho especial pelo Imperador Dom Pedro II, um homem cujo brilho intelectual alumiou o Brasil - ainda então grafado com Z - em seus pontos cardeais. Foi por seu ato de Chefe de Estado que se instalou a Província do Paraná, em 19 de dezembro de 1853. E desse ato deriva, por consequência, a criação desta Assembleia, então chamada Provincial. Não apenas Dom Pedro II criou oficialmente, portanto, o Paraná, como o abençoou com a democracia do voto e aqui esteve, mais tarde, para ver de perto a sua criação.

O legislativo nasceu pela via democrática das eleições que escolheram os primeiros Deputados Provinciais. Eram 20 ao todo, que passaram a se reunir em sessões prévias à instalação do Poder Legislativo Provincial, em 15 de setembro de 1854. Foram esses 20 lendários pioneiros que logo de início estabeleceram Curitiba como a capital da província e, com esse ato legal, definiram os destinos do desenvolvimento do Paraná.

Na presidência, o ilustre sertanista Joaquim José Pinto Bandeira, cuja memória hoje honramos com uma

rara foto na galeria de ex-Presidentes, localizada na presidência desta Assembléia.

Foto, aliás, que representava uma das maiores novidades de um século de maravilhas tecnológicas que eram, também, parte fundamental dos interesses cotidianos do visionário Imperador Pedro II.

Fundada a província, instalados os seus Poderes, ali não apenas nascia formalmente o Paraná, agora dono de vida própria, como teria início a invenção paranaense.

Do rico mosaico que veio ser a civilização das terras paranaenses, divisa-se com clareza o caráter de seu povo e seus melhores traços: o sotaque inconfundível da prosperidade e um gosto pelo trabalho e pelo fazer raras vezes visto. É esta gente paranaense, ciosa de sua história e nesta Casa representada, que vem cumprimentar a Casa Imperial brasileira.

Muito obrigado!”

A minha saudação especial a todas as senhoras e senhores aqui presentes, a todas as autoridades, a Dom Luiz de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil; a Dom Bertrand de Orleans e Bragança.

Tenho a alegria de conceder neste momento a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli Filho, Proponente deste evento e Presidente da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais desta Casa de Leis. Com a palavra o Deputado Ribas Carli Filho.

Proponentes:

Deputado Ribas Carli Filho

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais autoridades já nominadas, minhas senhoras e meus senhores.

(Lê):

“A Sessão que hoje estamos realizando poderia ser mais uma entre tantas comemorações alusivas aos 200 anos da coroa portuguesa, não fosse o esforço desta Assembléia Legislativa de oferecer ao Paraná uma reflexão mais profunda sobre esse acontecimento e sua importância para o nosso estado.

Ao propormos a realização deste evento, tivemos duas preocupações: fazer o registro histórico da data e, principalmente, convidarmos autoridades, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, a uma análise contínua do que se passou no Paraná nesses 200 anos. Ousaria dizer, até, que esses estudos deveriam remontar ao início da colonização no estado, da descoberta dos portos em nosso litoral, a subida aos campos de Curitiba, passando pelas incursões a partir da porção central e dos campos gerais, o assentamento de imigrantes nos pós 2ª Guerra, à expansão do oeste, sudoeste, do norte pioneiro e abertura do norte novo, na metade do século passado, até chegarmos aos dias atuais.

Fizemos questão de dirigir convites às instituições de ensino que se preocupam com a pesquisa do nosso território e da nossa gente, com especial enfoque para as regiões que de alguma forma estão envolvidas com o bicentenário da coroa portuguesa.

Além de pesquisadores de Curitiba e outras cidades, temos aqui também a presença de autoridades e estudiosos de Guarapuava, município cuja conquista foi estratégica para a coroa portuguesa, visando à consolidação de seus domínios em terras validadas pelo tratado de Madri, até então sob disputa com a Espanha

Integram a história dos 200 anos personagens históricos como Dom Luís Antônio Botelho de Souza Mourão, então Governador da Capitania de São Paulo; seu primo Afonso Botelho, que orientou as primeiras expedições rumo ao oeste; o Tenente Cândido Xavier, que assentou os primeiros marcos portugueses nos campos de Guarapuava em 1768; os Comandantes da real expedição enviada pelo Príncipe Regente Dom João VI àquela região, sendo eles: Diogo Pinto de Azevedo Portugal, Rocha Loures, Padre Chagas e mais tarde, Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava.

Nesse meio, vamos encontrar famílias de posseiros e sesmeiros que integravam a real expedição, escravos e também as tribos indígenas que originalmente habitavam o sertão paranaense. Toda essa gente, muitos vindos de São Paulo, de Curitiba, dos campos gerais, passou a dar uma nova feição ao centro do Paraná e, por conseguinte, a mais da metade do nosso território. Tudo isso aconteceu a partir de 1809, um ano depois da chegada da coroa portuguesa ao Brasil.

Podemos imaginar como foi a movimentação aqui em Curitiba, dois séculos atrás, com famílias inteiras se reunindo, tropas de soldados, cavalos, mantimentos, armas, um agrupamento de desbravadores que, saindo daqui, da capital, levou praticamente um ano para chegar aos campos de Guarapuava.

A compreensão desses fatos, à luz da ciência e da história, com incentivo à pesquisa, é de vital importância para estabelecermos uma conexão entre os dias atuais e um passado não muito distante. Que lições podemos tirar do período colonizatório, a saga conquistadora dos expedicionários que saíram do Paraná rumo a Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e ali, por suas influências, fizeram nascer novas cidades.

A comunidade acadêmica e os historiadores têm fundamental importância nesse processo. Merecem todo nosso respeito e atenção, pois seus estudos ajudam a compreender nossos usos e costumes, tradições culturais, idiomáticas, os diferentes ciclos econômicos e seus reflexos nas questões sociais. A data dos 200 anos, como também de outras efemérides comemorativas, é uma oportunidade para revisitarmos o passado à procura de uma avaliação mais crítica sobre a atualidade.

São ingredientes que podem auxiliar ou mesmo determinar ações políticas por parte de nossas autoridades legislativas e governamentais. São indispensáveis para alcançarmos o verdadeiro conceito de paranismo, concebendo-se um estado com toda a sua potencialidade, com todo o seu requinte histórico. Mas, também, um estado que precisa corrigir o desequilíbrio entre regiões de grandes concentrações urbanas e industriais e regiões rurais com alto índice de produção e produtividade, que paradoxalmente concentram os maiores índices de pobreza do estado e baixo índice de industrialização.

Diria, até, senhoras e senhores, que o Paraná ainda é um estado a ser desbravado. E os conquistadores são seus próprios habitantes, gente do trabalho, pacífica, regiões de grandes riquezas naturais, à espera de uma política que valorize vocações regionais e nos coloque novamente na rota do desenvolvimento.

Gostaria de agradecer aos membros da Família Real, Dom Luiz de Orleans e Bragança e Dom Bertrand de Orleans e Bragança, cuja presença dá mais brilhantismo ao nosso evento.

Ao Presidente desta Casa, Nelson Justus, por extensão agradecendo a todos os funcionários e assessorias que há muito vêm trabalhando no bicentenário.

Ao Deputado Ney Leprevost, co-autor da proposta desta Sessão Solene, agradecendo a todos os nossos colegas Parlamentares que respaldaram a realização desta solenidade. Ao comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército. Ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Às universidades públicas e particulares, aos estudantes, pesquisadores e historiadores, aos meios de comunicação da capital e do interior, aqui presentes, ao público em geral.

Que o nosso encontro propicie um bom proveito a todos.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência concede, em seguida, a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Ney Leprevost, co-Proponente deste evento.

Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente Nelson Justus, ao nominá-lo gostaria de nominar todas as autoridades que compõem a Mesa da Assembléia Legislativa e dizer, Sr. Presidente, que se vivêssemos em um regime monárquico como a Inglaterra, certamente V. Exa. seria guindado ao título de Sir pela Rainha, pela educação, pela condução ponderada, sensata dos trabalhos desta Casa. Não é em vão que o nosso Presidente é conhecido como Lorde entre os Parlamentares. Coloco isto aqui como um elogio a V. Exa. porque conduzir uma Casa Legislativa como esta é sem

dúvida alguma uma tarefa muito árdua e que depende de extrema habilidade.

Quero agradecer ao jornalista Rafael de Lala pela oportunidade de estar participando desta solenidade; quero parabenizar a este jovem brilhante que com certeza terá um futuro de muitas conquistas na política do Paraná, Deputado Fernando Carli Filho, pelo seu pronunciamento bastante esclarecedor.

Mas, não posso deixar de fazer aqui uma saudação especial à Academia de Cultura de Curitiba, ao Escritório de Representação do Itamarati no Paraná, à Secretaria de Estado da Cultura, à Embaixada e ao Consulado de Portugal, às federações empresariais e entidades culturais que estão participando deste evento, ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, à Universidade Federal do Paraná, à revista Bem Público e à Associação Paranaense de Imprensa, além das demais universidades e faculdades envolvidas neste evento. Se não fossem essas entidades, talvez esse resgate histórico que está acontecendo nesta manhã de quinta-feira não viesse a ocorrer. Portanto, meus parabéns e meus cumprimentos a todas as entidades.

Quero saudar a presença dos ilustres: Dom Luiz de Orleans e Bragança, atual Chefe da Casa Imperial do Brasil; também o Príncipe Imperial do Brasil, Dom Bertrand de Orleans e Bragança.

Também quero saudar as autoridades militares aqui presentes, principalmente, o Exército Brasileiro, a Marinha e a Aeronáutica, nossas Forças Armadas que têm sido ainda uma identidade moral para toda a população brasileira pela seriedade e pela integridade com que conduzem as Forças Armadas deste país. Parabéns a vocês que diante de diversas dificuldades mantêm-se firmes respeitando sempre o sentimento da população brasileira que é o de contar com ética por parte das pessoas que comandam este país.

O grande jurista e escritor Rui Barbosa disse em um de seus livros que nós não escolhemos o país em que nascemos, mas construímos o país em que vivemos.

É inegável a importância histórica de Dom João, de Dom Pedro I, de Dom Pedro II e de toda a Família Real na construção de um novo Brasil.

(Lê):

“1. Apresentação do tema

A vinda da Família Real Portuguesa para nosso país em 1808 - acontecimento às vésperas de completar 200 anos - foi fundamental para consolidar o Brasil como nação, pois lançou as bases da nossa emancipação como um ente político soberano num território coeso.

Para destacar esse importante fato histórico, diversas comemorações estão sendo levadas a efeito em vários pontos do Brasil, inclusive no Paraná, por iniciativa de entidades coligadas num projeto voltado para a afirmação de nossa identidade nacional e nosso legado histórico.

O projeto que ora apresentamos comporta ampliações e enriquecimentos, servindo como base para, juntos, despertarmos a consciência cívica dos brasileiros do Paraná; para o qual se espera a colaboração de todas as

autoridades e cidadãos interessados na construção da sempre maior grandeza da pátria comum que herdamos de nossos formadores.

2. Fundamentação

A transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil foi evento determinante para a nossa independência, pois possibilitou a consolidação da unidade nacional, antes fragmentada em vários pontos de ocupação do território, formando um verdadeiro “arquipélago Brasil”.

A presença de uma estrutura burocrática completa para o funcionamento de um estado moderno gerou os alicerces iniciais da organização política de um país soberano, assegurando eficiência ao Governo central implantado no Rio de Janeiro e, sobretudo, uma transição sem ruptura para o Brasil independente.

Tais circunstâncias históricas favoráveis preservaram a continuidade territorial da América portuguesa enquanto a colonização espanhola se fragmentou. Esse processo civilizatório foi coroado com a transferência da Família Real Lusitana para o território do Brasil, permitindo a transição sem descontinuidade, que conferiu à política brasileira um traço de estabilidade ausente em outras nações.

Na análise de autores como Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, ao instalar a sede da monarquia no Brasil D. João de fato aboliu o regime colonial, situação que só viria a ter respaldo jurídico em 1815 com o ato de elevação do país à categoria de Reino Unido. Para Prado Junior, se os marcos cronológicos não se estribassem em aspectos externos e formais, a independência brasileira poderia ser assinalada pela transferência da corte portuguesa em 1808.

Na realidade, a instalação da corte, a abertura dos portos e medidas de impacto administrativo, político e econômico - tomadas pelo Príncipe Regente logo na sua chegada - modificaram o status do Brasil, preparando o país para a autonomia definitiva.

Dentre elas destacam-se a revogação da proibição de manufaturas, criação de órgãos judiciários superiores como o Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens e a Casa da Suplicação do Brasil; instalação da Intendência Geral da Polícia, da Imprensa Régia, da Junta do Comércio, do Banco do Brasil; das Academias de Medicina, de Engenharia e de Artes Militares; dos órgãos fazendários superiores, etc.

Ainda, para salvar a Biblioteca Real das mãos dos invasores franceses, D. João determinou sua transferência para o Brasil, onde as coleções chegaram no dia 29 de outubro de 1808, aqui permanecendo após a independência. O fato foi tão relevante que a data é comemorada entre nós como o Dia do Livro. Não irei me alongar neste pronunciamento. Quero destacar que a vinda da Família Real será ampla em toda a imprensa brasileira.

Mas, quero apenas destacar, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus concidadãos paranaenses, que é fundamental preservarmos e, a cada dia, resgatarmos a nossa história. Somente conhecendo o passado é que erraremos

menos no presente e teremos condições de construir um futuro melhor, com mais qualidade de vida, com mais justiça social, com mais ética na administração pública deste país.

O grande poeta russo lembrava: “Quem canta a sua própria aldeia, torna-se universal”. Cantemos a aldeia Paraná, a aldeia Brasil e tornemo-nos universais, porque o mundo é um só e todos os seres humanos devem viver integrados pela solidariedade, o respeito e o humanismo. Os ideais de liberdade e de fraternidade devem permanecer sempre presentes entre todos nós.

Cantemos a nossa própria aldeia chamada Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Neste momento, concedo a palavra à aluna do Colégio Militar, Laura Kimiecik, que fará a apresentação histórica das Bandeiras do Brasil.

Apresentação das Bandeiras

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIA (**Laura Kimiecik**)
(Lê):

“Bandeira da Ordem Militar de Cristo (1332-1651)

Primeiro símbolo da história brasileira, a Cruz da Ordem Militar de Cristo estava pintada nas velas das 12 embarcações que chegaram em terras brasileiras no dia 22 de abril de 1500.

A Ordem de Cristo, rica e poderosa, patrocinou as grandes navegações lusitanas e exerceu grande influência nos dois primeiros séculos de vida brasileira. A Cruz de Cristo estava pintada nas velas da frota cabralina e o estandarte da Ordem esteve presente no descobrimento de nossa terra, participando das duas primeiras missas.

Bandeira Real (1500-1521)

Essa bandeira foi criada durante o reinado do D. João II, o Príncipe Perfeito. Organizador da viagem ao Cabo da Boa Esperança, foi em seu reinado que o Tratado de Tordesilhas foi assinado com a Espanha, dividindo o mundo em dois hemisférios. Muito semelhante à Bandeira da Ordem Militar de Cristo, já que era banca e com a cruz dessa ordem, apresentava o escudo real sobreposto a ela. Esse escudo é presença marcante nas bandeiras até nossa independência e na bandeira portuguesa da atualidade.

Bandeira de D. João III (1521-1616)

Sucedendo D. Manuel, D. João III se tornou rei e durante seu reinado, introduziu a Companhia de Jesus e o Tribunal da Inquisição em Portugal.

No Brasil implantou o sistema de Capitanias Hereditárias e o Governo Geral. Além disso, criou uma nova bandeira: a Bandeira de D. João III.

O lábaro desse soberano, cognominado o Colonizador, tomou parte em importantes eventos de nossa formação histórica, como as expedições exploradoras e

colonizadoras, a instituição do Governo Geral da Bahia em 1549 e a posterior divisão do Brasil em dois Governos, com a outra sede no Maranhão.

Bandeira do Domínio Espanhol (1616-1640)

Este pendão, criado em 1616, por Felipe II da Espanha, para Portugal e suas colônias, assistiu às invasões holandesas no nordeste e ao início da expansão bandeirante, propiciada, em parte, pela União Ibérica.

Com a falta de sucessores, veio uma crise dinástica, assumindo o trono após algumas lutas, o Rei espanhol, D. Felipe II, tendo início a União Ibérica durando 60 anos. Nesse período, Portugal passou a ter uma nova bandeira, a Bandeira da União Ibérica, enquanto suas colônias permaneciam com a mesma bandeira criada por D. João III, porém com uma modificação: a coroa real aberta foi substituída por uma fechada.

Bandeira da Restauração (1640-1683)

Conhecida como bandeira de D. João IV, foi instituída, logo após o fim do domínio espanhol, para caracterizar o ressurgimento do Reino Lusitano sob a Casa de Bragança. O fato mais importante que presidiu foi a expulsão dos holandeses do nosso território. A orla azul alia à idéia de pátria o culto de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser a Padroeira de Portugal, no ano de 1646.

Bandeira do Principado do Brasil (1645-1816)

O Brasil foi elevado à categoria de Principado e ganhamos nossa primeira bandeira particular. Mesmos assim, não devemos ver essa bandeira como sendo primeira bandeira de nossa nacionalidade, pois, não éramos uma nação soberana, muito menos essa bandeira simbolizava nossa nacionalidade, já que a mesma foi criada devido ao título recebido pelo filho do Rei e não como representação de nossa nação.

Bandeira de D. Pedro II, de Portugal (1683-1706)

Como símbolo de sua regência, D. Pedro criou uma nova bandeira, chamada de Bandeira de D. Pedro II Regente, até a morte de seu irmão. Assumindo o trono real, Dr. Pedro II adotou uma nova bandeira: a Bandeira de Pedro II Imperador.

Esta bandeira presenciou o apogeu de epopéia bandeirante, que tanto contribuiu para nossa expansão territorial.

Bandeira Real Século XVII (1600-1700)

Esta bandeira foi usada como símbolo oficial do reino ao lado dos três pavilhões já citados, a Bandeira da Restauração, a do Principado do Brasil e a Bandeira de D. Pedro II, de Portugal.

Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (1816-1821)

Após a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, o Brasil passou por várias transformações, e entre elas, a elevação a Reino Unido. Criado em 1815, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, só ganhou uma bandeira em 13 de maio de 1816.

Bandeira do Regime Constitucional (1821-1822)

A Revolução do Porto de 1820, fez prevalecer em Portugal os ideais liberais da Revolução Francesa, abolindo a monarquia absolutista e instituindo o regime constitucional, cujo pavilhão foi criado em 21 de agosto de 1821. Foi a última bandeira lusa a tremular no Brasil.

Bandeira Imperial do Brasil (1822-1889)

D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, proclamou a emancipação política do Brasil, depois de proferir o brado de independência ou morte.

Criada por Decreto de 18 de setembro de 1822. Assistiu ao nosso crescimento como nação e a consolidação da unidade nacional.

“O retângulo verde está vinculado às da Casa de Bragança em Portugal. Por outro lado, simboliza o país da eterna primavera nas palavras de Dom Pedro I.

O Amarelo - está vinculado às cores da Casa de Habsburgo (a Imperatriz Dona Leopoldina era, originalmente, de Habsburgo).

Bandeira Provisória da República (15 a 19/11/1889)

No dia 15 de novembro de 1889, a monarquia no Brasil, chegava ao seu fim. O Brasil se tornava uma república. Em substituição a Bandeira Imperial foi hasteada na redação do jornal A Cidade do Rio, após a Proclamação da República, e no navio Alagoas, que conduziu a Família Imperial ao exílio.

Bandeira Nacional Brasileira (atual)

A Bandeira Nacional foi adotada pelo Decreto Lei nº 004, de 19 de novembro de 1889 e cujo teor é o seguinte:

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que as cores da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do Exército e da armada na defesa da pátria. Consideram, pois que, nossas cores, independentemente da forma de Governo, simbolizam a perpetuidade e a integridade da pátria entre as nações. A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais, verde-amarelo.

Em 1992, um lei alterou a bandeira para permitir que todos os 26 estados brasileiros e o distrito federal estejam representados por estrelas.

‘As bandeiras inspiraram os grandes vultos de nossa pátria e testemunharam o processo de colonização, a expulsão de invasores estrangeiros, a expansão territorial, a obra de consolidação do império, a abolição do trabalho servil, a pacificação de movimentos sediciosos, a transição do regime monárquico para a república e a criação de um Brasil do tamanho de nossos sonhos. E mantiveram vivas a nossa unidade política e a preservação de um território de dimensões continentais’”¹

1. Fonte: História do Brasil, Império e República. Biblioteca do Exército Editora.

Realização da Homenagem:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Casa de Leis tem a satisfação em homenagear os nossos ilustres convidados, Dom Luiz de Orleans e Bragança e Dom Bertrand de Orleans e Bragança, com o símbolo maior do nosso estado e desta Assembléia Legislativa, a escultura Pinhão de Ouro.

Solicito aos Deputados Fernando Ribas Carli e Ney Leprevost que procedam à entrega da nossa lembrança.

(Aplausos)

Oradores:

Tenho a honra de conceder a palavra ao Dom Luiz de Orleans de Bragança.

Dom Luiz de Orleans e Bragança

O SR. DOM LUIZ DE ORLEANS E BRAGANÇA

Exmo. Sr. Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Dom Bertrand de Orleans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil; Exmo. Sr. Fernando Ribas Carli Filho, Deputado Estadual e proponente do evento; Exmo. Sr. Ney Leprevost, Deputado Estadual e co-proponente do evento; Exmo. Sr. Coronel Ricardo Luiz da Mata, Chefe do Estado Maior, neste ato representando o Exmo. Sr. General Luiz Guilherme Terra Amaral, Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército; Exma. Sra. Patrícia Gaspar, Cônsul Geral de Portugal do Paraná; Exma. Sra. Vera Haj Mussi, Secretária de Estado da Cultura; Exmo. Sr. Fernando Ribas Carli - Prefeito Municipal de Guarapuava; Exmo. Sr. Alexandre Curi, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Cabe-me dizer apenas algumas palavras para agradecer em nome de meu irmão e meu, o privilégio de estarmos nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o privilégio de estarmos de volta ao nosso Paraná tão querido. Eu disse do nosso Paraná tão querido. Sublinho essas palavras.

Em 1950, minha família e meus pais com seus vários filhos, se mudaram para Jacarezinho no norte pioneiro. Tinham uma pequena fazenda de café lá e nós nos criamos num ambiente de bem estar, fartura e progresso que havia desde então no Paraná e mesmo no norte pioneiro. Jacarezinho ficou no nosso coração como uma cidade muito querida, uma cidade de grande progresso, onde haviam colégios, sistema bancário, sistema judicial. E, nós guardaremos para sempre essa lembrança. Com isso, uma lembrança do nosso estado do Paraná.

Cabe-me agora falar de Dom João VI. Ele não veio para cá por acaso, ele poderia ter ido para Madeira, para Cabo Verde, poderia ter ido para outros lugares do seu

império, mas, há muito que o Brasil já estava no panorama da monarquia portuguesa, como um lugar como um lugar privilegiado. É incrível, mas já Dom João III recebeu uma proposta de transferir para cá a capital do império. Essa proposta não foi adiante, mas a idéia ficou. No século XVII e XVIII, muitas propostas foram feitas de transportar a capital para o Brasil. Também não se realizaram por motivos vários, mas sempre ficava no ideário português que o Brasil era o maior e mais belo florão da coroa.

Que no Brasil estava o futuro da monarquia portuguesa, que no Brasil estava a real vocação, a mais alta vocação de Portugal.

É curioso, mas na Carta de Pero Vaz de Caminha já se sente, por assim dizer, imponderáveis intuições que se via o Brasil como o país do futuro, o Brasil criado sob os auspícios da cruz. Seu primeiro monumento foi um cruzeiro, sua primeira cerimônia cívica foi uma santa missa. Ele foi batizado com sangue preciosíssimo e nosso senhor Jesus Cristo, derramado incruentamente no altar da missa. Do seu céu resplandecia o cruzeiro, como que dizendo: “Estou esperando para criar aqui uma grande terra da Santa Cruz”.

O Brasil foi crescendo. Suas riquezas aumentando. Houve o ciclo do Pau-Brasil, que era mais extrativo. Houve o ciclo da cana, que começou a dar verdadeira riqueza. O ciclo do ouro, o ciclo dos diamantes e sempre em Portugal se via o futuro da monarquia aqui no Brasil.

D. João, quando se viu ameaçado pelas tropas de Napoleão, quando se viu encurralado a tomar uma decisão extrema, ele resolveu por em prática este plano que já havia sido ajuizado há muito tempo. Ele resolveu vir para o Rio de Janeiro a transferir para cá a capital do império português. O plano dele já estava realizado, tão pronto que chegando no Rio de Janeiro em 8 de março, no dia 10 de março já tinha nomeado seus três primeiros principais Ministros e já começado a formar todo o estado do Brasil.

Pouco depois, transformou o Brasil em Reino Unido, um país autônomo e foi se estabelecendo - isto já foi dito pelo Deputado Ney Leprevost - foi estabelecendo todos os organismos políticos militares, judiciais, administrativos, culturais para formar uma grande nação independente. Uma coisa que se sabe pouco é que ele também mandou por marcos em todas as nossas fronteiras, desde a Guiana até a Argentina e marcos estes que serviram de base para as negociações limite do Barão do Rio Branco, no século XX.

Estes marcos foram fundamentais nestas negociações. Isto também é obra de D. João VI, que veio para cá com plano de criar um grande império. Um grande império não só no Brasil. Mas, o plano dele era transportar, definitivamente, a sede do império português, do império luso, eu diria melhor, para o Rio de Janeiro.

As comunicações com Angola, Moçambique e Goa tinham, necessariamente, que passar pelo Brasil, por causa dos ventos, das marés, das correntes marinhas e já a partir do fim do século XVII e início do século XVIII,

Angola, Goa e Moçambique já não eram governadas de Lisboa, mas eram governadas pelos Governadores Gerais do Brasil e depois Vice-Reis do Brasil.

D. João completou esta obra, de uma maneira consciente, clara, com toda lucidez e ao mesmo tempo com todo o entusiasmo. D. João, chegando aqui, se encantou em primeiro lugar com as paisagens da Bahia. Depois se encantou muito mais com a paisagem do Rio de Janeiro e se encantou muito, muito mais, com o povo brasileiro. Aqui ele se sentia perfeitamente em casa. Amava profundamente o Brasil. A Quinta da Boa Vista, a Fazenda Santa Cruz, a Ilha de Paquetá eram seus lugares de remanso. Para ele, o paraíso estava aqui e não mais do outro lado do oceano.

Ele aqui governou. Se tornou querido. Esse homem que foi tão vilipendiado como gordo, feio, o tempo todo comendo coxinhas de frango que trazia no bolso do colete, esse homem foi um grande estadista e um político genial. Basta lembrar como ele enganou Napoleão. Napoleão apresentou um ultimato a ele: ou ele declarava guerra à Inglaterra, ou Portugal seria invadido. Do João precisava ganhar tempo para transferir toda uma corte, todo um Governo, todo um aparato político, ele precisava de tempo para criar uma esquadra com 18 vasos de guerra e tinta, navios e comércio, precisava ganhar tempo. Dom João então negociou, fingiu que brigava com a Inglaterra, fingiu que desapropriou os bens dos ingleses em Portugal, chegou a declarar guerra à Inglaterra mandando o emissário secreto para dizer que essa guerra era só para Napoleão ver, e quando tudo estava pronto, Jenau já estava na fronteira de Portugal, Dom João embarcou e Jenau, chegando nas colinas acima de Lisboa, ficou a ver navios literalmente. A esquadra saía pela marra.

Ficar a ver navios, essa expressão tão comum vem daí, foi obra de Dom João VI, que fez com que Jenau e suas tropas invasoras ficassem a ver navios. E com isso ele foi o único soberano que não foi subjulgado por Napoleão. Ele salvou não só a unidade brasileira, mas ele salvou a independência portuguesa. Aqui, para se vingar da invasão de Portugal, ele mandou ocupar a Guiana, criou o nosso corpo de fuzileiros navais para isso, e depois, nas negociações no Tratado do Congresso de Viena, após a queda de Napoleão, Dom João VI só devolveu a Guiana à França quando a França desistiu de estender suas fronteiras até as margens do rio Amazonas. Dom João era sumamente cioso de resguardar toda integridade de nosso território continental. Ele sabia que aqui estava o futuro de uma grande nação, ele queria criar essa nação, queria criar um plano que, em última análise, estavam nos desígnios da providências divina.

Ele teve que voltar para Portugal por causa de uma revolução liberal que ameaçava a própria sobrevivência do próprio trono em Portugal, mas saiu daqui derramando lágrimas, já de saudades. Ele amava profundamente o Brasil e não queria abandoná-lo. Foi forçado, pelas circunstâncias políticas. Mas deixou aqui o seu maior tesouro, o seu filho e herdeiro, Dom Pedro I.

Dom Pedro, como Dom João quando era Regente, tinha o título de Príncipe do Brasil, que é mais um sintoma de como em Portugal se via o futuro da monarquia no Brasil. Príncipe do Brasil a partir de 1740 com Dom João IV, Príncipe do Brasil foi dado ao herdeiro do trono para marcar que o futuro da monarquia estava no Brasil. Dom João tinha o cargo de Príncipe Regente, mas o título de Príncipe do Brasil, deixou-o aqui com o conselho de fazer a independência antes que um aventureiro tomasse a Coroa. Com isso deu mais um benefício ao Brasil: legou ao Brasil o Regente Monárquico e legou ao Brasil a sua integridade territorial e a sua continuidade política. Sem isso teríamos virado velhas republiquetas, como aconteceu na América Espanhola. Sem isso não teríamos tido os 68 anos de estabilidade política e institucional e o progresso tranqüilo e contínuo; sem isso não teríamos adquirido já no reino de Dom Pedro II a qualidade de potência de primeiro plano do conserto das nações.

Dom Pedro II, o Imperador do Brasil, era considerado no mundo como a maior autoridade moral depois do Papa, portanto o segundo do mundo. Dom Pedro II mediava pendências entre grandes potências. Era tido como o Chefe de um grande estado, e o Brasil era tido como a potência de primeiro plano. Com isso evitamos, nesses 68 anos de monarquia, as turbulências que agitaram a América Espanhola: revoluções, golpes de estado, estados de sítio e quantas coisas mais. Tivemos estabilidade, tranqüilidade e o verdadeiro progresso durante esses anos. Depois, deixo aos senhores julgarem.

Voltemos a Dom João. Ele fez essa obra porque tinha consciência que o futuro da monarquia lusa, que estava no Brasil, a maior grandeza de Portugal estava no Brasil, ele tinha consciência daquilo que se realizou depois e, como disse um autor português: “No Brasil, Portugal se excedeu a si mesmo.”

As qualidades lusas, conjugadas com as qualidades negras e com a raça indígena, desabrocharam nesse território continental e aumentaram, em proporção, o território. Temos um país magnífico que sempre tem o seu futuro. As mazelas dos dias atuais não atingiram o cerne vivo da nação. E esse cerne vivo é um penhor. Que o plano da Divina Providência e o plano de Dom João VI se realize para o futuro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Convido as autoridades da Mesa para ocuparem seus lugares na platéia, ao tempo que passo a presidência ao Deputado Fernando Ribas Carli Filho, para que possamos dar prosseguimento às palestrantes convidadas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Ribas Carli Filho**)

Neste momento, teremos a honra de assistir a apresentação da conferencista professora Carmem Lúcia Rigoni, que apresentará o tema: “As comemorações do

bicentenário da chegada da Família Real: o significado e a conciliação.”

Professora Carmem Lúcia Rigoni

A SRA. CARMEM LÚCIA RIGONI

Bom-dia a todos! Sejam todos bem-vindos!

Esta data é importantíssima para todos nós. Faço a minha saudação especial aos representantes da Casa Real, Dom Luiz de Orleans e Bragança e Dom Bertrand de Orleans e Bragança; e a todas as entidades e instituições que foram nominados, agradecendo ao Deputado Nelson Justus pela oportunidade de irmos a esta Casa, abrindo um espaço para a comunidade acadêmica falar sobre o tema da transferência da Família Real.

Dei um título a este meu tema. O título simboliza o que vai à alma do pesquisador. Coloquei assim: as comemorações do bicentenário da chegada da Família Real ao Brasil: o significado e a conciliação. A nós pesquisadores, historiadores, foi uma coisa importantíssima ver no Brasil a repercussão desse bicentenário. Não achávamos que tivesse tanta repercussão. Realmente, foi maravilhosa. Escritores indo a fundo, pesquisando com todas as metodologias disponíveis, e nos surpreendeu a reação da população para conhecer um pouco melhor desse nosso passado.

No clipe de 16 minutos que preparei, exponho minha pesquisa. O tempo de apenas 16 minutos foi o que achamos conveniente e falo num tom conciliador de conhecermos o nosso passado. Não é mais possível ficarmos em cima de uma situação de reduzir a nossa história a pó, de ficarmos em cima do caricato, das coisas que não vão dignificar a nossa história. Por isso, uso o tom conciliador da geração de hoje com a geração do passado.

Num segundo tempo, falo em imagem, imaginação e representação. Por quê? Todo pesquisador, todo historiador tem que partir de um foco de pesquisa, o que vai nos entusiasmar, o que vai nos dar vontade de pesquisar qual é o fio condutor. Nesse fio condutor acabei me perdendo entre roupas clássicas, vestuários e alimentação, enfim, tudo que já foi brilhantemente falado antes de mim. Parto de um filme chamado preconceito e orgulho em que são filmadas as idéias das antigas colônias inglesas nos Estados Unidos, quando a nobreza local já não é aquela nobreza empolada do século XIV, mas é uma nobreza que tem os pés no chão, as vestes já são mais simples e eles dançam, de início, uma dança chamada quadrilha. Essa dança é muito bonita porque depois ele vai dar origem, aqui, no Brasil, as nossas quadrilhas de São João. Se a corte veio e dançou a quadrilha ou não, a mim pouco importa. Ela me inspirou para ter um fio de meada. É lindo, porque ela vai abrir espaço para a minha imagem, a minha imaginação de historiadora e a representação do que faço da vinda da Família Real.

Estava tudo preparado para colocarmos isso em telas grandes, mas como evento não tem ensaio, peço desculpas. As telas são pequenas e vou tentar voltar para meu lugar, ali na ponta, para poder acompanhar na tela, e

se for o caso, fazer uma leitura de slides que vão se sucedendo. É um clipe muito curto. Começo com a linha do tempo para situar todos os senhores na época napoleônica; aí vou descendo para transferência da Família Real; Dom João e a política com a Inglaterra; o Conde de Linhares, uma pessoa fidalga pouco conhecida no nosso meio; aí parto para Dom João e o Brasil; Dom João e o Rio de Janeiro e finalizo com o que devemos, realmente, a presença dessa Família Real que pouco valor se dá a esses eventos e que alicerçaram o Brasil como nação independente.

Peço a gentileza de uns minutinhos, até nos posicionarmos com os equipamentos ali. Peço desculpas à Mesa porque terei que fazer uma leitura daquilo que não pretendia. A intenção era, apenas, lançar imagens e músicas. Então, são músicas que acho que chegaram ao Brasil, em todos os tempos, e que vão tornar as imagens muito mais agradáveis.

Muito obrigado!

(Procede à apresentação de slides)

O SR. PRESIDENTE (**Ribas Carli Filho**)

Esta presidência tem a honra de anunciar a nova composição da Mesa.

Ilma Sra. Carmem Lúcia Rigoni, Historiadora; Ilma. Sra. Júlia de Santa Maria, Pesquisadora; Ilmo. Sr. Ernani Straup, Vice-Presidente do Instituto Geográfico do Paraná.

Tenho a honra de conceder a palavra à Conferencista professora Júlia de Santa Maria, que apresentará sobre a Consolidação do território do oeste do Paraná.

Professora Júlia de Santa Maria

A SRA. JÚLIA DE SANTA MARIA

(Lê):

“Deputado Nelson Justus; Dom Luiz de Orleans e Bragança; Dom Bertrand de Orleans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil; Deputado Ribas Carli Filho, Prefeito Municipal de Guarapuava, Ribas Carli.

Introdução:

Significado e importância para Guarapuava da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil.

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil significou para Guarapuava o início da sua povoação que foi de fundamental importância para a história do Paraná na evolução do sul do Brasil. É um legado patrimonial inestimável dos nossos antepassados que tem implicações tanto de ordem psicológica como de ordem política, social, econômica e cultural para as gerações que se sucedem no tempo.

Guarapuava, decorridos aproximadamente 200 anos, e tendo crescido a cidade, mal se pode fazer abstração do pequeno povoado para reconstruir o que teria sido primitivamente o lugar deserto onde se fundou,

em definitivo, a atual cidade em 09 de dezembro de 1819 com o nome de Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

Nossa terra passou a ser ocupada lentamente, palmo a palmo, tantas eram as dificuldades que tiveram de ser vencidas pelos seus fundadores. Para transpô-las, dispondo de recursos e técnicas muito simples, a tarefa foi difícil e necessariamente vagarosa. É uma obra admirável que nos enche de respeito e de assombro. Uma tarefa de gigantes desenvolvendo importante papel na conquista do sul do Brasil no final do século XVIII e no decorrer do século XIX.

Desenvolvimento:

Sabe-se que desde os primeiros tempos, Portugal cuidará de estender os limites do seu domínio para o sul, até o rio da Prata. Era necessário ao cumprimento do Tratado de Madri, na delimitação das fronteiras do Brasil, que eles, além da posse, tivessem o efetivo domínio da terra pretendida.

Assim, em decorrência e imposição do Tratado de Madri, a política portuguesa lançou-se à conquista das fronteiras do Brasil rumo a dois pontos capitais: o rio da Prata e a República do Paraguai. Lá, as terras meridionais do Rio Grande do Sul e aqui, o ocidente da comarca do Paraná - os campos de Guarapuava.

Veio ao Brasil desempenhar difícil missão como Capitão-General na restabelecida capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, em Portugal. Homem forte, não teve dúvidas em fazer cumprir o programa que traçara o Marquês de Pombal, Ministro português. Ao Paraná enviou seu tenente, Dom Afonso Botelho de Sampaio e Sousa. São então, organizadas e despachadas para o oeste do Paraná, as primeiras expedições. Outras se sucedem, abrindo sertões e varando rios até aos espanhóis do Paraguai.

Embora a ordem fosse fazer marchar quatro bandeiras, elas chegaram ao número de 12, do ano de 1768 a 1773. Foram comandadas, respectivamente, por: Domingos Lopes Cascais, Estevão Ribeiro Baião, Francisco Lopes da Silva, Francisco Nunes, Bruno Filgueiras, Silveira Peixoto, Francisco José Monteiro. Cândido Xavier de Almeida, Manoel Teles, Felipe de São Tiago, Francisco Martins Lustosa e Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

(Apresenta slides das expedições)

Foi na expedição comandada pelo Tenente Cândido Xavier de Almeida e Sousa que foram descobertos os campos de Guarapuava, no dia 09 de setembro de 1770, data essa, segundo David Carneiro, em que começa a verdadeira história do oeste do Paraná.

Incumbido de descer pelo rio Iguaçu, tendo o cuidado de ir explorando todo o vale, antes de chegar ao “funil”, levanta uma fortificação a que denominou de Forte de Nossa Senhora do Carmo, no local de Pouso Alegre.

(Apresenta slides da fortaleza)

Para reconhecer os campos recém-descobertos, deliberou o Tenente-Coronel Afonso Botelho, assumir o comando da expedição. Esta, com maior número de integrantes do que as anteriores, nos sertões com 150 homens pelo sítio de Carrapatos, no sertão do Tibagi, distrito de Curitiba, a partir de novembro de 1771. A expedição, entretanto, acabou tragicamente, porquanto os índios que habilmente haviam sido bem tratados e muito presenteados pela tropa incursora, atacaram-na depois, de surpresa.

Esse encontro com os índios foi documentado em seqüência, em 40 pranchas com interessantíssimas pinturas cuja autoria é atribuída a Joaquim José Miranda. O historiador David Carneiro, em suas conferências sobre a História do Paraná na Evolução do Sul do Brasil, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Curitiba, no ano de 1951, faz referência às 40 estampas que deveriam estar apenas ao relatório de Afonso Botelho, apresentado a Dona Maria I e que, infelizmente, se perderam.

Hoje, recuperadas, fazem parte da Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo, de São Paulo, que as adquiriu em concorrido leilão internacional, a qual registra a expedição comandada por Afonso Botelho de Sampaio e Souza em 1771, para a conquista dos campos de Guarapuava, hoje cidade de Guarapuava no estado do Paraná.

(Apresenta slides das 40 estampas)

A última das expedições, também comandada por Afonso Botelho, inicia sua marcha aos campos de Guarapuava em 18 de janeiro de 1773. Consegue percorrê-los de leste a oeste e de sul ao norte, reconhecendo-os por completo. Aspectos culturais da expedição de Afonso Botelho em Guarapuava foram: os primeiros desenhos feitos no Paraná as 40 estampas que teriam sido feitas aqui. Os primeiros sonetos do Paraná, foram obra de um Soldado presente à expedição de 1771/1772, nos campos de Guarapuava. São curiosos, pelas intenções e esperanças que denota o primeiro, denominado Jordão. Pela desilusão, pelo desejo de vingança que o segundo evidencia, tem o título de Fortaleza.

Ainda, segundo David Carneiro: das expedições que vieram por terra a Guarapuava, fundaram-se pequenos povoados: São Bento do Tibagi e Nossa Senhora da Esperança, tendo, este último, desaparecido quando a Freguesia de Guarapuava foi fundada pelo Padre Francisco das Chagas Lima e Capitão Antonio da Rocha Loures.

Posteriormente, já com o Príncipe Regente Dom João no Rio de Janeiro, uma expedição de posse aos campos de Guarapuava foi organizada, sendo seu comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Iniciada em 1809, composta por 300 pessoas, dentre elas 200 soldados, padres, famílias de colonos, degredados, escravos, trazia: sementes e mudas de plantas, gado, instrumentos agrícolas e armas para a defesa efetiva da terra. Começa a povoação de Atalaia, que teve conseqüências: resultou na fundação de Guarapuava em 1819, e desse ponto como

centro, saíram os descobridores dos campos da região, podendo-se dizer, que no século XVIII esteve a estruturação do sul do Brasil realizada, ao menos quanto à posse da terra, porque o povoamento viria depois, para demonstração do *uti possidetis*.

Guarapuava foi por muitos anos a sentinela avançada do Brasil, antes mesmo da existência da Província do Paraná, ocupando um espaço territorial que compreendia a área desde o rio Paranapanema, ao norte; o rio Uruguai, ao sul, o rio Tibagi a leste e ao rio Paraná a oeste.

(Apresenta slides da Estrada da Mata)

Fundamental e de grande importância nesse contexto foi a abertura da Estrada das Missões pelo Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, possibilitando a sua integração com as Províncias de São Paulo e com a Província do Rio Grande do Sul.

A sua inserção ao caminho das tropas trouxe modificações à Freguesia, depois Vila de Guarapuava, quando transformou os fazendeiros locais, de criadores de gado em comerciantes de gado, (comprando o gado em território do Rio Grande do Sul e vendendo na Feira de Sorocaba).

O aumento do poder aquisitivo que daí adveio, trouxe para Guarapuava transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, proporcionando seu primeiro surto de crescimento. Neste contexto foi elevada à categoria de cidade em 12 de abril de 1871. Todavia era a vida rural que orquestrava o seu ritmo, o que a colocava na condição, ainda, de dependente do campo. A Estrada das Missões desempenhou importante papel no progresso do interior paranaense, fazendo surgir inúmeras vilas nos locais de pouso.

A decadência das atividades ligadas ao comércio de gado, novamente relegou Guarapuava a uma condição de isolamento e de estagnação, tanto no âmbito rural como urbano. Passa, então, a reivindicar o acesso ao que entendiam como benefícios de progresso através do apelo à construção de vias de comunicação: estradas férreas (seu grande sonho) ou de rodagem, traduziam o discurso de progresso que se fez presente nas décadas de 1930, 1940 e 1950. A exploração da madeira, a partir de 1940, de certa forma possibilitou a concretização do sonho de integração ao mercado nacional e em fins da década de 1960 e nas de 1970 e 1980, nesta última foi difundida amplamente a verticalização da cidade.

Assim, o ano de 1990 desponta diante de uma cidade moderna que em seu traçado mantém poucos vestígios da cidade de modelo colonial. Em especial, a partir da década de 1990, os discursos em Guarapuava passam a contemplar a preocupação com a memória e a história da cidade, tentando conscientizar a população da importância e valorização da sua história.

Concluindo:

Na atualidade, as pessoas não se dão conta das obras de D. João VI no Brasil, nem de que ele continua presente através delas, 187 anos após sua partida: Banco do Brasil, Casa da Moeda, Exército Nacional, Marinha do Brasil, Escola Nacional de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Escolas de Medicina, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Marinha Mercante, Povoação de Atalaia, em 1810, evoluindo para Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em 1819, vila em 1852 e finalmente elevada aos forns de cidade com o nome de Guarapuava em 1872. Sua imagem e todas essas obras foram desfiguradas pelo desmonte da história, por isso, parabeno os organizadores deste evento na recomposição da história do Brasil, história do Paraná e história de Guarapuava como medida preservativa-cultural em contraposição ao seu desmonte, para o ressurgimento de uma nacionalidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Ribas Carli Filho)

Agradeço à professora Júlia pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Prefeito de Guarapuava, o Sr. Fernando Ribas Carli.

Sr. Fernando Ribas Carli - Prefeito de Guarapuava

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Saúdo a todos!

Quero dizer aos senhores que nós, em Guarapuava, temos uma preocupação muito grande com a história de Guarapuava, do Paraná e a história do Brasil. Desde há muito procuramos, em todos os momentos, resgatar esses fatos históricos. Como bem colocou a professora Júlia de Santa Maria Pereira, houve um desmonte da nossa história, e procuramos reconquistar essa história.

Quero louvar a iniciativa da Assembléia Legislativa do Paraná em promover esta Sessão Solene, em que comemoramos os 200 anos da chegada de Dom João VI e da corte no Brasil, porque com isso vamos poder reavivar ou ensinar àqueles que não conhecem a história, o que representa para o Brasil. Nós pudemos ver por todos aqueles que nos antecederam e que, na verdade, o Brasil passou a existir como país, como nação, a partir da chegada de Dom João VI, com suas ações, com a sua determinação em dotar o país de instituições capazes de dar suporte ao seu desenvolvimento.

Neste contexto, quero falar da importância da região de Guarapuava, região oeste do Paraná. Todos sabemos pelo Tratado de Tordesilhas o que era o Brasil. Toda região oeste, centro-oeste e oeste do Paraná era de domínio espanhol. Mesmo com o trabalho, com a incursão dos bandeirantes nas reduções jesuíticas, mesma assim o domínio espanhol continuou muito forte em toda aquela região. A partir de 1750, com o Tratado de Madri, em que ficou configurado que teria que ter a posse, ter o

domínio e ter o povoamento dessas regiões, por determinação do Marquês de Pombal, em 1768, foram enviadas expedições para região de Guarapuava e a que logrou êxito foi a de Cândido Xavier de Almeida e Souza, mas outras haviam já tentado chegar até lá pela importância que lá em Portugal, que o Marquês de Pombal via naquela linha de frente, no ponto avançado da coroa portuguesa, para o domínio não só daquela região, hoje, centro-oeste e oeste do Paraná, como também de toda região que iria até o Uruguai, até o Rio Grande do Sul.

Vejam só o que aconteceu: ficou adormecido de 1770 até 1810 e, numa determinação de Dom João VI, com a carta régia, determinou uma expedição para a conquista e povoamento dos campos de Guarapuava e dali pode-se chegar até o sul do Brasil. Professora Julia coloca com muita propriedade o caminho das missões - 1840, 1850 - do Brigadeiro Rocha Loures fazendo o caminho, depois, das tropas, mas antes disso, em 1815, por determinação do Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que era o Comandante da expedição, Atanagildo Pinto Martins sai de Guarapuava, abre um caminho até o Rio Grande do Sul e funda cidades. Por que a determinação de encaminhar Atanagildo Pinto Martins ao Rio Grande do Sul, abrindo estradas, se naquela época não existia comércio? Era a determinação vinda da corte para que pudessemos dominar aquela região que, na verdade, era de domínio espanhol.

Se analisarmos o ato de Dom João quando invade a Guiana Francesa, traça uma linha reta até a Colônia de Sacramento, como também uma resposta ao que Napoleão fez a Portugal, mas com isso ele alargou as fronteiras, firmou as fronteiras e fez com que pudessemos, realmente, ter a posse efetiva de toda aquela região comandada pelos espanhóis que estavam lá há muito tempo. Estavam lá desde - os primeiros homens brancos que passaram naquela região, isso lá em 1538, 1540 com Dom Alvarez Nunes Cabeza de Vaca que veio para assumir o Governo do Paraguai e acabou fundando a Província de Vera.

Então, temos que dar uma importância muito grande a esses 200 anos, que na verdade, se não houvesse esse acontecimento, o Brasil não seria o que é. E principalmente, nós do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande, não seríamos o que somos. O Brasil não seria este país continental.

Venho aqui neste momento, com muita alegria participar desta solenidade e dizer que em Guarapuava, junto com a Academia de Letras, estamos promovendo seminários para que possamos contar a nossa história e ensinar àqueles que não conhecem a importância de Guarapuava no contexto do domínio português nas regiões que antes eram dominadas pela Espanha. E também mostrar a importância geopolítica dos campos de Guarapuava. Para que todos os senhores tenham em mente, Guarapuava começava nas margens do Tibagi e ia até as margens do rio Uruguai, fazendo fronteira com a Província de São Pedro, hoje estado do Rio Grande do Sul.

Não podemos deixar que esta história rica, que formou a personalidade do nosso povo e da nossa gente, seja esquecida. Costumo dizer que Guarapuava é mais antiga que o Paraná, porque ela é de 1819. O Paraná é de 1853. Antes éramos a 5ª Comarca de São Paulo. Tanto é verdade que todas as determinações das expedições saíam do Governo de São Paulo.

O Deputado Nelson Justus coloca no seu pronunciamento que a Assembléia Legislativa quando foi fundada, em 1853, após a criação da Província, a Assembléia Provincial tinha 20 Deputados Provinciais. E aqui está o nome do Antonio de Sá Camargo que era o Visconde de Guarapuava.

Então, ficamos emocionados ao participar desta solenidade onde cultuamos o nosso passado no momento em que comemoramos um acontecimento que marcou a fundação efetiva do Brasil. Por isso quero dizer aos senhores da minha alegria em poder participar e dizer que estaremos lá em Guarapuava promovendo esses debates durante todo este ano e os anos seguintes para ensinar àqueles que não conhecem a nossa história.

Temos um projeto da Prefeitura para ensinar nas escolas do município, para que as crianças cresçam conhecendo o seu passado, embora sempre com os olhos no futuro, pensando sempre no progresso, no desenvolvimento, na melhoria da qualidade de vida, na paz social, na harmonia, fraternidade, na coesão, na alegria e nesse espírito aventureiro e progressista, que fez com que o Brasil chegasse ao que chegou nos dias de hoje e pudesse oferecer o que oferece a todos nós: um país com tranquilidade, com paz, com harmonia, com felicidade e sempre procurando os meios pacíficos para resolver todos os seus problemas. Meu muito obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Ribas Carli Filho)

A Assembléia Legislativa agradece ao Prefeito Fernando Ribas Carli, agradece a todos os guarapuavanos que participam desta Sessão. Deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das autoridades civis e militares, dos representantes do Corpo Consular, ao grupo de Teatro da Secretaria do Estado da Cultura, à Banda da Polícia Militar do Paraná, bem como os demais convidados que aqui compareceram honrando o Poder Legislativo paranaense. Lembramos que os certificados de participação estarão disponíveis para os membros da Comissão organizadora ao final deste evento. Para os demais participantes que assinarem a lista de presença, os certificados poderão ser retirados posteriormente na Assembléia Legislativa.

Também fazemos bem em lembrar que a programação comemorativa do bicentenário do Paraná prosseguirá no dia 8 de abril, com a conferência do professor Ricardo Costa de Oliveira, no auditório da Biblioteca Pública. Para maiores informações, as inscrições dos interessados deverão ser feitas junto ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Agora, convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que está encerrada a presente Sessão Solene.

(Execução do Hino do Paraná)

Levanta-se a Sessão.